

REVISTA



RECONEXÃO PERIFÉRIAS



ENTREVISTA **DÉBORA MARIA DA SILVA**

Mães de Maio: 'Moro é o ministro da morte'

ARTIGO

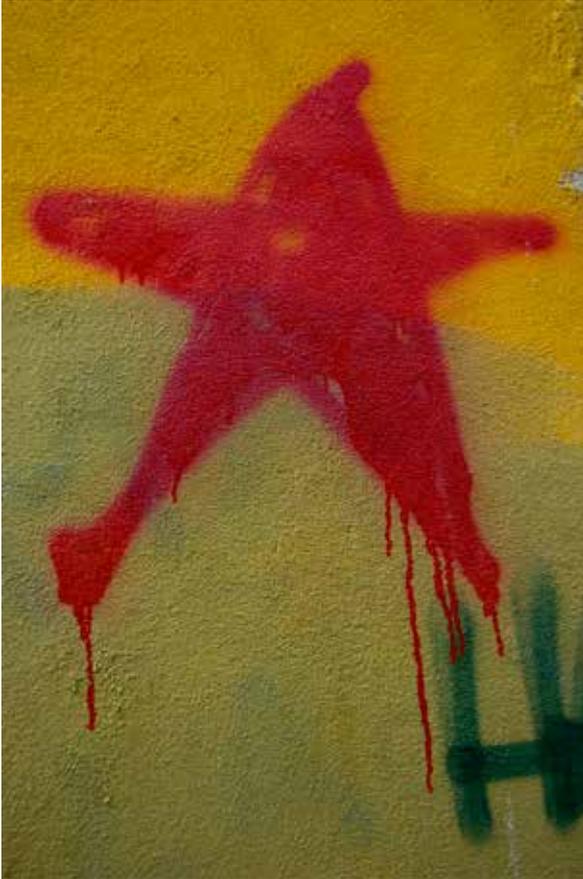
A marcha interrompida: o massacre de Eldorado dos Carajás

ARTIGO

Etnocídio dos povos indígenas no Brasil

AGENDA DE LUTAS
ABRIL E MAIO DE 2019

Abril vermelho, abril Indígena



MORGUEILLE

Nesta edição de abertura da Revista *Reconexão Periferias* decidimos falar de conflitos pelo direito à terra, pois representam um desafio a ser superado e uma luta permanente para a manutenção da vida e

da cultura dos povos das florestas, do campo e das cidades. Os conflitos não entram na nossa discussão pela via do direito liberal à propriedade privada, mas sim pelo direito e acesso à terra como instrumento de manutenção de vida, subsistência e cultura.

Os conflitos pelo direito à terra remontam às páginas da ainda permanente colonização. Talvez sejam os conflitos mais antigos deste vasto continente, que datam da invasão Portuguesa às terras de Pindorama. Com suas baionetas em riste, os coturnos que desembarcavam das caravelas dos “descobridores” tingiam nossos solos de sangue nativo, quebravam o silêncio de nossas florestas, destruíam sonhos e vidas ao sabor do chumbo de suas balas,

dizimando povos, nações e culturas que ali comun-gavam os recursos de que dispunham. Sob a força de seu machado, o pau-brasil era levado, especiarias eram usurpadas e as chamas drogas do sertão se tornavam o cardápio ilustre da sede e da cobiça dos feitores imperialistas. Imbuídos da necessidade permanente de levar fé católica para o Além-mar, e também, de assegurar essas novas terras como suas, pelo novo nome de Terra de Vera Cruz.

Não convencidos de sua arrogância, travestida de salvação, em um segundo momento, já nas lavouras de cana de açúcar, mobilizando a mão de obra escravizada em parte indígena e em grande medida africana, que antecedeu a mineração, as culturas de animais, borracha,

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** DAVID ESMÁEL MARQUES DA SILVA, ISAÍAS DALLE, JACQUELINE SINHORETTO, JACKELINE APARECIDA FERREIRA ROMIO, UVANDERSON VITOR DA SILVA ■ **COLABORADOR ESPECIAL** CÁSSIO NOGUEIRA ■ **EDITOR** ROGÉRIO CHAVES ■ **REVISÃO** ANGÉLICA RAMACCIOTTI ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CACO BISOL **PRODUÇÃO GRÁFICA** ■ **FOTO DA CAPA** RIO DE JANEIRO, NA ZONA PORTUÁRIA, MURAL DO GRAFITEIRO EDUARDO KOBRA RETRATA ETNIAS DOS CINCO CONTINENTES (FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL) ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** MARCIO POCHMANN (PRESIDENTE), ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS (DIRETOR), ISABEL DOS ANJOS LEANDRO (DIRETORA), JOAQUIM CALHEIROS SORIANO (DIRETOR), ROSANA RAMOS (DIRETORA)

café, entre outras, as mãos brancas do açoite e do grillão impõem à maioria do povo brasileiro que a terra tem dono e não é de quem tem sangue nativo, tampouco de quem é trazido da África.

No século XX, com os processos de urbanização e de industrialização do país e com uma população que se consolidou em maioria urbana, devido ao estado de permanente pobreza e profunda ausência de políticas capazes de mitigar os processos históricos de exploração pelo qual a maioria do povo brasileiro foi submetido ao longo dos tempos. A terra continua concentrada nas mãos de poucas famílias brasileiras, agora não apenas no campo, mas também nas cidades. E o que um dia era conflito no campo agora se faz presente e permanente nos mais variados núcleos urbanos Brasil afora.

A desigualdade é tamanha que as chamadas grandes propriedades no Brasil representam apenas 0,9% das propriedades rurais. Contudo, estas grandes

propriedades representam 45% de toda área rural do país. Por outro lado, as propriedades com áreas menores que dez hectares compõem 47% das propriedades rurais no Brasil, e ocupam apenas 2,3% da área rural. Os dados são da Oxfam Brasil e foram publicados em 2016.

O resultado dessa desigualdade é a luta pelo acesso à terra, que na verdade é o acesso ao trabalho, à subsistência e, em larga medida, o direito à vida. Assim são encaradas as lutas pelo direito à terra pelos povos indígenas e pelos trabalhadores rurais sem-terra. E como efeito da luta, vem a reação das classes dominantes, por variados meios: a política institucional, o aparelhamento do poder judiciário, das polícias, mas principalmente pela via dos jagunços armados com armas de fogo, tentando sem êxito, silenciar as vozes dos explorados.

A histórica tentativa de silenciar as vozes que lutam pelo direito ao acesso à terra se fez presente e viva

quando em 17 de abril de 1996, por meio da força da institucionalidade, autorizado pelo então governador do estado do Pará, liderados por coronel Mário Colares Pantoja e major Oliveira, seguidos de mais de 150 policiais militares – armados com fuzis e munições reais e sem identificação nas fardas – interrompem uma pacífica caminhada que tinha como destino a capital do estado, a cidade de Belém, banhando a curva do “S” na cidade de Eldorado dos Carajás com o sangue de 19 trabalhadores rurais sem terra. 23 anos se passaram e apenas duas pessoas foram condenadas, porém, autoridades políticas e policiais militares partícipes e responsáveis continuam invisíveis neste caso e seguem cobertos pelo penumbras da impunidade. É justamente em memória dos trabalhadores e da luta pela reforma agrária e o direito ao acesso à terra que o MST promove anualmente o Abril Vermelho.

Enquanto de um lado da história trabalhado-



ras e trabalhadores rurais marcham empunhando a bandeira da democracia por meio do acesso à terra como instrumento de manutenção da vida e de suas subsistências; de outro, com suas bordunas, maracá, arcos e flechas estão os povos originários, os índios brasileiros. Entoando seus cantos de guerra, marcham firme na defesa de seus territórios e denunciam seu entendimento de que: só haverá democracia quando este Brasil reconhecer através da demarcação de suas terras sua ancestralidade e seu direito originário aos seus territórios.

Quando o Brasil de hoje ainda se chamava Pindorama mais de 8 milhões de pessoas já habitavam estas terras, mais de mil etnias conviviam na diversidade de suas crenças sob os cuidados de seus encantados.

Em tempos de “República” o resultante da permanente violência que perdura 518 anos, são registrados 900 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na

área rural, 305 etnias e 274 línguas indígenas. Segundo o IBGE, foram identificadas 505 terras indígenas que representam 12,5% do território brasileiro (106,7 milhões de hectares), onde residiam 517,4 mil indígenas (57,7% do total).

Em mais de 500 anos de luta e resistência dos povos originários é possível observar as consecutivas violações de direitos e a supremacia de uma classe autoritária e latifundiária. Os grandes empreendimentos rurais detêm 45% de toda área rural do país, ou seja, o agronegócio, o latifúndio é quem possui a hegemonia sobre a maior parcela das terras.

É importante mensurar que esses empreendimentos, além de guardarem a posse majoritária das terras, são os responsáveis pela cultura do veneno na alimentação do povo brasileiro, os grandes impactos ambientais, o forte desmatamento da Amazônia e fiadores dos grandes conflitos por terra.

A escalada da violência contra os povos originários segue em curso. São ataques como os sofridos pelos Gemelas no Maranhão; o recente assassinato do cacique, Francisco de Souza Pereira da etnia Tukano, 53 anos, morto a tiros na casa em que morava, na comunidade Urukia, na Zona Norte de Manaus na frente de sua família, em 27 de fevereiro deste ano; e um dos casos mais emblemáticos da violência e da cultura do ódio direcionada aos povos originários é a sempre e permanente lembrança do guerreiro Galdino, que foi queimado vivo em 20 de Abril de 1997 na cidade de Brasília, na capital federal. Neste mês de abril, o assassinato de Galdino completa 21 anos.

O que comove ainda mais é a conivência do Estado e da institucionalidade diante dos diversos casos que mancham a história do Brasil com sangue indígena, sobretudo quando olhamos pelo retrovisor e as lentes da história nos mostram imagens vivas. São

poucos os direitos conquistados pelos indígenas, como a resolução 169 da OIT, que prevê a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas, sobre a demarcação de suas terras e outras questões que impactam suas vidas; a tentativa da imposição de um marco temporal para a homologação e demarcação de suas terras, como se a chegada dos indígenas às terras brasileiras possuísem data fixa no calendário da história brasileira.

A Fundação Perseu Abramo, por meio do Projeto Reconexão Periferias, em parceria com o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos, apresenta nesta edição da *Revista Reconexão Periferias* os primeiros resultados da pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil, que compreende os anos 2016-2018, baseando-se em notícias de jornais sobre chacinas publicadas em portais de notícias da internet. Em três anos, a pesquisa coletou dados de

242 casos de chacinas em todo o território nacional. Conseguimos dados sobre chacinas que envolvem a luta pela terra, mas mais do que um número, as cifras nos chamam a observar o que representa: desigualdade, democracia precária, negligência institucional das polícias e do poder judiciário.

A violência praticada neste nível representa o desgaste da legitimidade das instituições democráticas em servir para a mediação de conflitos. É quando os grandes proprietários de terras atuam cientes de que nada lhes acontecerá como punição. Esta é a verdadeira impunidade que vigora no Brasil: a impunidade contra os donos do poder econômico que se voltam cada vez mais para o poder político.

Consideramos este um esforço que pode ajudar militantes, organizações, partidos e intelectuais comprometidos com uma sociedade igualitária, justa, solidária e livre. Uma sociedade que não necessita ter como experiência

cotidiana das classes mais baixas a ocorrência de tragédias e de mortes

Assim, é urgente que as esquerdas brasileiras realizem esforços estratégicos de organização, reflexão, discussão e pesquisas sobre as violências motivadas pelos conflitos em torno das questões distributivas. Por trás de cada militante indígena ou sem-terra violentado ou morto, por trás de cada família que sai do campo para a cidade ou que é despejada de sua casa, há uma imensa realidade de vida precária e de sonhos não realizados.

É tarefa das esquerdas, dos progressistas e nacionalistas oferecer saídas concretas para este dilema do povo brasileiro. Para superar o colonialismo e o neocolonialismo, vigente em tempos de sombras do governo que autoriza chacinas e fomenta a violência, do então presidente Jair Bolsonaro, o mês de abril deve ser cada vez mais vermelho de luta e indígena de ancestralidade e vida. ■

O massacre de Eldorado dos Carajás

ANDRÉ CARLOS DE O. ROCHA

ANDRÉ CARLOS DE O. ROCHA
É MILITANTE DO MST-PA,
PÓS-GRADUADO EM EDUCAÇÃO
E MOVIMENTOS SOCIAIS
NA AMAZÔNIA, MESTRANDO
DO PPGAA/UFGA.

O Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, cometido pelo governo do Estado do Pará através da Polícia Militar (PM), não foi a primeira, nem a última repressão cometida pelo Estado contra camponeses no Brasil. O que aconteceu em Eldorado também aconteceu em Canudos, em Contestado ou na Cabanagem. Foi a reação violenta do Estado, defendendo os interesses da classe dominante. Defesa essa com a qual historicamente sempre esteve comprometido.

Reivindicando a desapropriação da fazenda Macaxeira, as/os sem-terra organizaram uma marcha de Curionópolis até a capital, Belém. No dia 10 de abril de 1996, mais de dois mil sem-terra começaram a caminhar. No dia 16 de abril, por volta de nove horas, os sem-terra ocuparam o Km 95 da rodovia PA-150, conhecido como Curva do “S”.

O major José Maria Pereira Oliveira negociou

a liberação da pista, com o compromisso de garantir ônibus e alimentação. A rodovia ficou liberada até 11 horas do dia seguinte, quando outro oficial da Polícia Militar chegou ao acampamento para informar o rompimento do acordo, ou seja, nem transporte, nem alimentação. Esse fato levou as/os sem-terra à reocupação da pista.

De Belém veio a ordem para tirar os sem-terra da estrada, a qualquer custo. Na versão do Ministério Público, “a tropa militar recebeu ordens [...] para desobstruírem-na (a rodovia) e a eles foi informado que a referida ordem havia partido do governador do Estado Almir Gabriel”.

Às 17 horas do dia 17 de abril de 1996 iniciou-se o massacre. As/os sem-terra foram encurralados. De um lado estavam 69 policiais militares vindos de Parauapebas e, de outro, 85 policiais militares vindos de Marabá.

Tudo indica que a ação foi premeditada, pois a maioria dos policiais estava sem identificação nos uniformes, o local do crime foi violado pela própria PM antes da chegada dos peritos criminais e a tropa de Parauapebas não assinou a cautela das armas.

Várias entidades relacionadas aos Direitos Humanos, organizações não governamentais e movimentos sociais, responsabilizaram o governador Almir Gabriel e pediram seu indiciamento. Após muita pressão de organizações nacionais e internacionais, além de controvérsias das autoridades judiciais, o inquérito, que apurava a responsabilidade do governador, foi arquivado em setembro de 1996.

O saldo do massacre foi contabilizado:

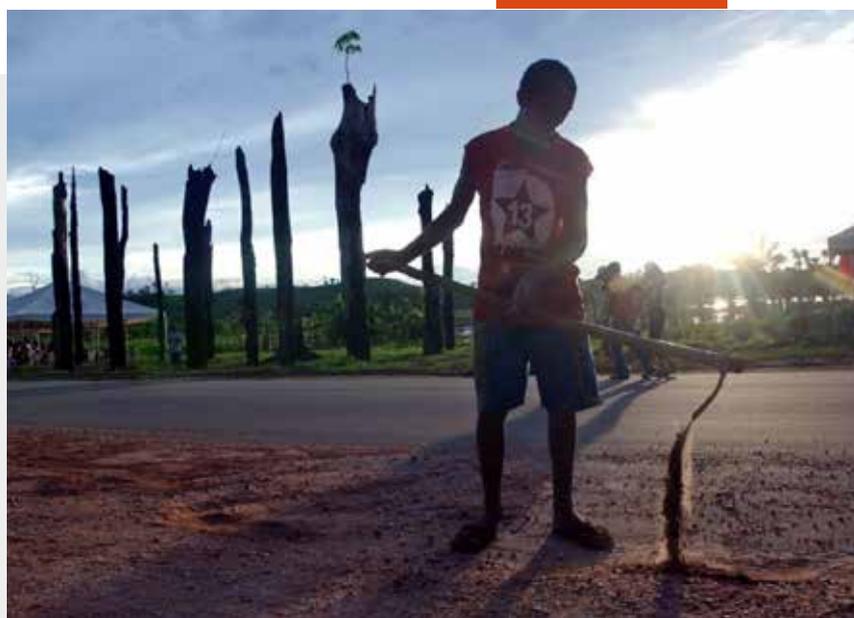
12 trabalhadores receberam tiros certos na cabeça e no tórax; sete foram mortos com instrumentos de corte

retirados deles, prova que já estavam dominados pelos policiais. A operação deixou 19 mortos, 69 feridos e pelo menos sete desaparecidos. Segundo os laudos, 13 foram executados depois de rendidos (MORISSAWA, 2001, p. 156).

Os números divulgados pela imprensa, pela nota oficial do MST e pela polícia foram todos diferentes entre si. O jornal *O liberal* de 19 de abril de 1996, por exemplo, levanta a suspeita de mortes de crianças e casais, porém nada ficou comprovado.

Perceber-se, em conversas com as famílias sobreviventes, e testemunhas, que existiram muito mais mortos que os números oficiais. Relatam ter visto corpos de crianças e mulheres no asfalto, no entanto não se tem registro de mulheres ou crianças mortas. Uma ponderação que sempre fazem é: “Se uma família inteira foi morta, mãe, pai e filha/o e não tem nenhum parente, quem ia reclamar o desaparecimento?”.

A História mostra que quando a classe trabalhadora ousa se organizar e questionar a ordem, as



classes dominantes tentam rebaixá-las, primeiro pelo consenso, segundo pela cooptação e terceiro, quando não conseguem o consenso nem a cooptação, pela repressão.

O massacre entrou na pauta da conjuntura nacional e internacional, bem como na história do movimento camponês e da classe trabalhadora, pois o dia 17 de abril passou a ser o Dia Internacional de Luta Camponesa e Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

A marcha, interrompida com o massacre, não acabou com o MST. Ao contrário do esperado pela elite, o MST cresceu no estado, ampliando suas lutas, seu projeto político e suas relações com a sociedade.

Passados 23 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, a impunidade autoriza o Estado a repetir massacres contra camponeses, como foi o caso de Pau D’Arco em 2017. Além disso, o discurso presidencial elitista, de ódio e de negação dos direitos humanos tem levado ao aumento de casos de assassinatos de lideranças camponesas, pelas mãos do latifúndio. Não resta outra saída as/os camponeses que não seja continuar organizando e lutando por seus direitos. ■

REFERÊNCIAS

JORNAL *O LIBERAL*, Belém, 19.abr.1996.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

ELDORADO DOS CARAJÁS
FOTO: MARCELLO CASAL JR./ARQUIVO ABR

CHACINAS NO BRASIL

Chacinas no Brasil: 2016-2018

JACQUELINE SINHORETTO E DAVID MARQUES

JACQUELINE SINHORETTO

É SOCIOLOGA E LÍDER DO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS (GEVAC) DA UFSCAR, COLABORADORA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS NA PESQUISA "CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL (2016-2018)".

DAVID MARQUES

É SOCIOLOGO, PESQUISADOR DO GEVAC, COORDENADOR DE PROJETOS DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA E CONSULTOR DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS NA MESMA PESQUISA.

Um conflito entre facções criminosas em um presídio de Manaus (AM) no réveillon de 2017 terminou com 56 vítimas fatais. Nove pessoas foram executadas, algumas encontradas ajoelhadas e com as mãos amarradas, com a utilização de armas de fogo e facões, em um assentamento em Colniza (MT) em abril do mesmo ano. Cinco pessoas executadas

por milicianos em Maricá (RJ) em março de 2018. Cinco pessoas executadas em Mogi das Cruzes (SP), possivelmente por um grupo de extermínio, em novembro de 2016. Integrantes de uma facção criminosa executaram 14 pessoas, oito das quais eram mulheres, em um forró em Fortaleza (CE) em janeiro de 2018. Três homens e duas mulheres foram executados com

disparos na cabeça em provável conflito entre facções criminosas em Porto Alegre (RS) em dezembro de 2017.

Tais casos, heterogêneos ao primeiro olhar, têm em comum a existência de três ou mais vítimas fatais na mesma situação. Conveniou-se, sobretudo na imprensa, nomear tais casos como chacinas. As definições encontradas para



MORGUEFILE



esta palavra em dicionários indicam que a raiz de sua utilização está relacionada com o abate de grande quantidade de porcos ou gado para alimentação e, por extensão, uma matança de grandes proporções de pessoas, assassinio em massa, podendo haver crueldade no ato, como mutilação ou esquartejamento de cadáveres.

As chacinas são, portanto, uma forma exacerbada de violência que se destaca em um contexto já tão violento como o brasileiro, que produziu quase 64 mil mortes violentas em 2017. Por estarem inseridas em dinâmicas conflituosas, há casos de violência letal (homicídios simples, homicídios duplos, chacinas, tentativas de homicídio etc.) que lhes antecedem e que lhes sucederão. Não se caracterizam por encerrar os conflitos nos quais estão inseridas, mas sim por serem etapas especialmente marcantes e dramáticas naquele jogo. Por este motivo, são objetos de estudo de particular interesse para reflexão sobre a violência no Brasil. Este é, portanto, o objetivo que orienta

a pesquisa “Chacinas e politização das mortes no Brasil”, desenvolvida no âmbito do Projeto Reconexão Periferias desde maio de 2018.

A pesquisa deparou-se com limitações nas fontes de informação sobre o fenômeno. A primeira delas decorre do fato de que homicídios com três ou mais vítimas fatais não codificados como “chacina” no Código Penal. Deste ponto de vista, são homicídios múltiplos. Por tratar-se de termo jornalístico e não jurídico, não há estatísticas ou informações de órgãos oficiais sobre casos como estes.

Para viabilizar o projeto, reconheceu-se o potencial da imprensa como fonte para a construção de um banco de dados sobre chacinas no Brasil, que permitisse o mapeamento dos principais contornos do fenômeno. É certo, contudo, que há um viés próprio da fonte, dado que nem todos os casos são noticiados. Há também um viés de escolha do termo “chacina”, pois, apesar de ser um termo jornalístico,

não é sempre utilizado pelos meios de comunicação. Neste contexto, o objetivo foi coletar dados sobre casos e pessoas envolvidas em ocorrências envolvendo três ou mais vítimas fatais em casos de homicídio. Para sua construção, foi utilizado o buscador Google, referenciando as pesquisas por períodos de uma semana que retornam casos dos mais diferentes veículos de comunicação. Coletados os casos identificados nos anos de 2016, 2017 e 2018, as principais reportagens foram lidas e, a partir das informações oferecidas, o banco foi alimentado segundo os campos elaborados. Os campos previstos caracterizam o caso, as pessoas envolvidas, o encaminhamento institucional do caso e sua repercussão política.

O banco de dados do período 2016-2018 contém 1.716 linhas. Cada linha corresponde a uma pessoa, que se enquadra nos seguintes tipos: vítima fatal, vítima ferida, agressor ou testemunha. Foram coletados 242 casos no período 2016-2018. Do total de 1.716 pessoas contabili-

CHACINAS NO BRASIL

zadas no banco ao longo destes casos, identificamos 1.175 vítimas fatais, 268 vítimas feridas, 22 testemunhas e 251 agressores (cf. Gráfico 1).

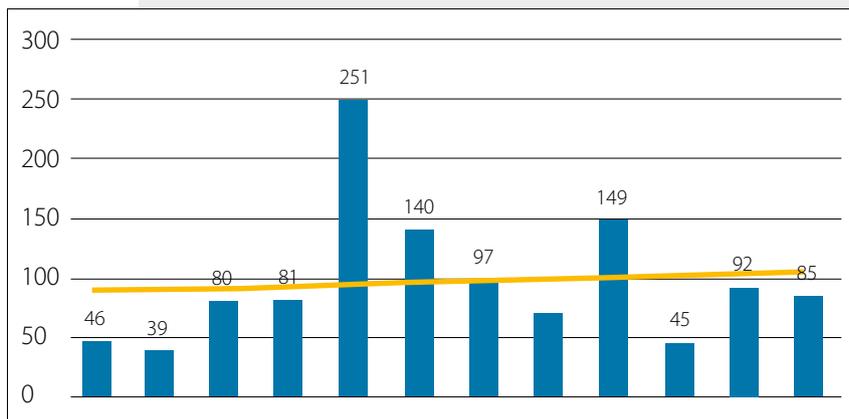
A principal conclusão, ainda temporária, é que esse fenômeno compõe um repertório de ação, isto é, uma dentre outras

possibilidades de cursos de ação, que emergem em contextos conflitivos diversos. Estes, por sua vez, representam fortemente os contornos dos principais conflitos regionais brasileiros, com destaque para as facções criminosas, tráfico de drogas, milícias, grupos de extermínio, operações policiais, conflitos agrários

e feminicídios. Ressalta-se que, somados, os casos nos quais há suspeita ou certeza de participação de policiais ou outros agentes ou ex-agentes estatais (categorizados como atuação policial, operações policiais, grupos de extermínio ou milícia) são a segunda motivação mais frequente de chacinas no país. Alguns estados, como o Pará, correspondem à quase totalidade dos casos identificados (cf. Gráfico 2).

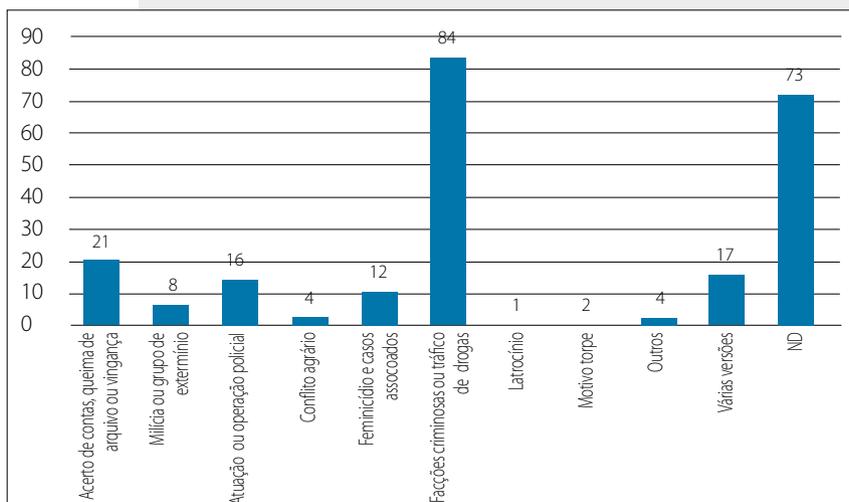
Ainda há um longo caminho a trilhar neste projeto. Avançar na compreensão do fenômeno em sua multiplicidade, adensando o material disponível e o teor das análises por meio de outras estratégias de pesquisa, como a pesquisa qualitativa focada em casos representativos, por exemplo. Compreender as chacinas significa melhor compreender a violência no Brasil em termos de motivações e instrumentos. Portanto, mais do que alertar para o problema – tarefa importante – significa preparar o terreno para a construção de alternativas de superação em termos de políticas públicas. ■

Gráfico 1 - Número de vítimas fatais em casos de chacina, por trimestre. 2016-2018, Brasil



Fonte: Pesquisa Chacinas e politização das mortes no Brasil, 2019.

Gráfico 2 - Número de casos de chacinas, segundo a provável motivação do crime. 2016-2018, Brasil



Fonte: Pesquisa Chacinas e politização das mortes no Brasil, 2019.

Mães de Maio: 'Moro é o ministro da morte'

ISAÍAS DALLE



PERCURSO DA CULTURA

ISAÍAS DALLE
É JORNALISTA NA
FUNDAÇÃO PERSEU
ABRAMO.

Débora Maria da Silva é uma mulher que não se amedronta. Tampouco é dada a alardes, de carregar nas tintas, de sofrimento causado pela violência, ela entende. Já viu o pior nesse quesito. Mesmo assim, ela acha que vai piorar o abuso policial contra os pobres e negros e a violência de uma forma geral, impulsionados pelo espírito justiceiro do atual governo, explicitado pelo pacote

policialesco de Sérgio Moro, a quem ela intitula “ministro da Morte”.

Maio de 2006 foi marcado por um das sequências mais aterrorizantes no processo de segregação social brasileiro. No dia 13 daquele mês, integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) iniciaram uma série de ataques a unidades e viaturas da Polícia Militar de São Paulo como resposta à trans-

ferência de algumas das lideranças da facção para presídios fora da capital.

Nos dias seguintes, de um lado via-se uma população assustada, sem transporte público e com medo de sair às ruas.

O revide da polícia, à sombra das autoridades instituídas, foi uma carnificina. Ao final, 505 pessoas, todas moradores de bairros periféricos, estavam mortas.

Aí, a divisão se explicitou. Muitos aplaudiram a violência ilegal da polícia, a vingança contra os invisíveis.

Do outro lado, mães em desespero pela morte de seus filhos, baleados sem que se perguntasse se teriam ou não qualquer ligação com os ataques. Os policiais, segundo diversas denúncias, agiam fardados uns, encapuzados outros, para supostamente vingar os 59 agentes de segurança mortos pelos ataques do PCC.

Em busca de justiça, uma dessas mães, Débora Maria da Silva, decidiu criar um movimento intitulado Mães de Maio. O movimento cresceu e virou referência, dentro e fora do país, pela luta por esclarecimento das ações policiais, abertura de investigações, identificação dos criminosos e responsabilização do Estado.

Passados 12 anos, as Mães de Maio alcançaram uma vitória.

Somos mulheres que têm o dever de decidir qual o enfrentamento vamos fazer e de ter nossas opiniões.

A Promotoria de Direitos Humanos de São Paulo condenou o Estado a indenizar as mães em 154 milhões de reais. A decisão, a que cabe recurso, foi proferida em dezembro do ano passado, na forma de uma ação civil pública.

Para além do dinheiro, o principal destaque dessa decisão foi o fato de ter sido proferida por um promotor que havia assinado manifesto em apoio aos policiais, em 2006. Revendo os acontecimentos e escarafunhando os documentos relativos a processos e investigações conduzidos à época, o promotor Eduardo Ferreira Valério reconheceu que errou, registrando pedido de desculpas por escrito na peça condenatória.

A ação civil pública é resultado direto do trabalho das Mães de Maio. Débora, sua fundadora, diz: “Essa ação é bem-vinda, porque responsabiliza o Estado, mas não é 100%, porque nada paga o que sofremos”.

Acompanhe entrevista de Débora ao *Reconexão Periferias*.

Reconexão Periferias:

Quantas mães compõem hoje o coletivo?

Débora: Não tem como você dizer quantas mães compõem o movimento porque o número é infinito, já que o Estado mata a cada 23 minutos um jovem no Brasil. E um jovem sendo assassinado, com certeza é mais uma mãe. Então ela acaba procurando o Mães de Maio e os núcleos espalhados por todo o Brasil.

A ação do coletivo se volta hoje para o combate permanente à violência ilegal da polícia, ou o objetivo continua sendo os crimes de maio?

Desde que foi fundado, o movimento combate tanto os crimes de maio como a violência policial como um todo. O movimento também sofreu represálias, tendo em vista que eles forjaram duas mães. Uma foi condenada a três anos de cadeia e outra, foi presa, mas a defesa entrou com recurso e o juiz considerou como prisão arbitrária. Então, tivemos sucesso na defesa de uma das mães. Eles tentaram criminalizar o movimento forjando tráfico de drogas. Foi uma tentativa de nos vincular ao crime organizado.

Como é a sustentação financeira de vocês? Qual tipo de apoio recebem?

O movimento não se sustenta com verbas públicas porque é independente. O movimento se sustenta com a venda de materiais como roupas, com (venda de) livros lançados. E a gente tem apoio quando somos convidados a participar de eventos: temos apoio recebendo passagem e alimentação. Tipo uma

diária que as organizações nos dão quando convidam as mães (*para participar de debates, seminários*). A gente não pede auxílio de instituições públicas porque o movimento tem autonomia. O movimento são mães ingovernáveis. A partir do momento que pedisse apoio, a gente ficaria atrelado. E a gente não aceita ordens. Somos mulheres que têm o dever de decidir qual o enfrentamento vamos fazer e de ter nossas opiniões. Nossas opiniões devem ser preservadas e respeitadas, porque os filhos eram nossos.

A gente faz vários eventos com escolas públicas, escolas privadas, universidades públicas e privadas. A procura é muito grande, porque Mães de

A partir do momento que a polícia judiciária é apenas paliativa, então nossa luta é por uma perícia independente

Maio é um movimento que veio pra ficar e é um movimento necessário para o país, pra parir uma sociedade sem ódio e que preserve vidas humanas. Temos uma ideologia: nós parimos nossos filhos e o Estado não tem o direito de matá-los.

Conte-nos um pouco sobre como é combater o abuso e o crime de Estado no dia a dia. Que tipo de medidas vocês tomam? Como transmitir esse aprendizado para as pessoas?

Precisamos passar para essas crianças que os jovens não são executados por serem bandidos. E sim porque existe na sociedade uma cultura política de execução e aprisionamento do jovem, pobre e negro. E quando a gente vê que vários homicídios são cometidos pelo Estado e não são punidos, então há uma cultura de conivência por parte das autoridades e especialmente pelo Judiciário. Quando o Judiciário pede o arquivamento de um caso de crime contra

a vida, se torna um dos maiores violadores da Constituição. A gente diz que quem mata dez vezes com a caneta é quem faz o pedido de arquivamento. Quando o Judiciário sabe que os inquéritos são paliativos, porque não há investigação – houve até a declaração de um desembargador do Estado de São Paulo, que falou que a falha vem da base. Aí eu perguntei pra ele: ‘O que é essa base?’ Eu cheguei a achar que essa base fosse a base familiar, criminalizando a pobreza. Mas aí ele diz assim, na rádio, onde a gente participou de um debate, que [*a base de onde vem a falha*] era a polícia judiciária. Então, a partir do momento que a polícia judiciária é apenas paliativa, então nossa luta é por uma perícia independente. A partir do dia em que a gente tiver uma perícia desvinculada das secretarias de segurança pública, e ligada às secretarias de saúde, acaba a impunidade.

Segundo analistas, a violência ilegal da polícia tende a aumentar a partir

Na época, a gente não conseguiu apresentar testemunhas dos crimes, porque a gente sabe que essa testemunha será a próxima vítima.

do posicionamento do governo federal e seus admiradores, como o governo de São Paulo. Vocês já notam isso no cotidiano?

A violência só vai ter tendência pra crescer, com certeza. Principalmente com esse pacote apresentado pelo ministro da Justiça. Não é ministro da Justiça, apresentando um pacote desse. É o ministro da Morte. Ele dá carta branca pra matar. Um policial se estiver emocionado, tiver brigado, ou mesmo com um problema em casa e sair pra rua pra trabalhar, e se ele fizer com o jovem o que tem acontecido, não será punido, então é carta branca pra matar. A gente está percebendo sim, porque o ódio está se espalhan-

do pelo Brasil, e não é diferente em São Paulo, onde o governo Dória vem a público legitimar as mortes cometidas por sua polícia. Desde quando começamos a cobrar os crimes de maio, a gente não cobra só o Estado, cobra o governo, dando nome. Acho que chegou a hora de a gente pedir a punição dos governantes, que incentivam a violência e estimulam essa marcha fúnebre que prossegue nas favelas e na periferia. Essa marcha fúnebre não ataca o asfalto nem os bairros nobres.

Há um temor no ar de que as milícias possam se instalar em São Paulo. O que a senhora tem a dizer sobre isso?

O que paira no ar sobre as milícias é o que a gente já vem falando há muito tempo. Os crimes de maio foram cometidos por policiais da ativa e por paramilitares. Os grupos de extermínio já existem em São Paulo há muito tempo. As empresas de segurança privada fazem parte de milícias e muitas vezes elas têm

donos que são policiais militares que acabam empregando ex-militares que foram expulsos da PM. Então, as milícias estão espalhadas por todo o Brasil, mas as pessoas só estão olhando para o Rio de Janeiro. Não podemos negar também os pistoleiros contratados para matar no campo, nas reservas indígenas. A milícia existe em todo o país e no poder público.



CIRCUITO FORA DO EIXO

Houve uma vitória recente na Justiça a favor do coletivo Mães de Maio. O que isso representa para vocês? Acredita que essa decisão de reparação de danos será mantida e cumprida?

A vitória conquistada pelo movimento é, para nós, uma vitória entre aspas. Não se repara dano nenhum. Nossos filhos não têm preço. Nossos filhos merecem a memória. Não foi uma barata que se matou e jogou no lixo. Não aceitamos isso. E essa vitória vem com um agravante: o promotor público refez toda a sequência dos crimes de

maio de 2006 e declara que o estado falhou em não proteger, e ainda matar, os nossos filhos. Foi uma prova testemunhal. Na época, a gente não conseguiu apresentar testemunhas dos crimes, porque a gente sabe que essa testemunha será a próxima vítima. Como mães, a gente não quer adquirir outras mães de vítima. Agora a gente tem uma testemunha legítima, que foi o promotor que abriu o processo de ação civil pública. Como aconteceram os crimes de maio? Como mães a gente já sabia, mas agora o promotor refez o passo a passo dos crimes. Então, as 1.726 folhas do

processo trazem os fatos e o pedido de desculpas dele, em nome do Estado, quando ele pede desculpas por ter carimbado a parabenização que foi dada aos policiais que agiram naquela época. Ele diz que se arrependeu de ter carimbado o ofício de parabenização que foi feito naquela época. Ficamos tristes porque uma pesquisa feita pela Unifesp, procurando as mães, descobriu que algumas já morreram, em numeral de dez, e não puderam ver a justiça sendo feita. Essa ação é bem-vinda, porque responsabiliza o Estado, mas não é 100% porque nada paga o que sofremos. ■

Quando a prática racista e sexista policial vira lei

JACKELINE ROMIO

JACKELINE ROMIO É DEMÓGRAFA PELA UNICAMP E CONSULTORA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS NA PESQUISA “DESIGUALDADE E HOMICÍDIOS NO BRASIL (2006-2016)”.

A década de 2010 tem sido marcada pelo avanço da mortalidade violenta dos jovens negros brasileiros. Destacam-se mortes por armas de fogo, intervenção legal e feminicídios, cujas notícias não param de ilustrar os principais jornais e atemorizar a população.

Infelizmente, contrariando grandes pesquisas em direitos humanos e observatórios da violência, que apontavam o racismo estrutural na mortalidade violenta e o encarceramento em massa da juventude negra, o atual governo prefere consagrar práticas consideradas racistas e sexistas de agentes da defesa do Estado

através do decreto de flexibilização da posse de armas e do projeto anti-crime. Com estas medidas, o governo deixa para segundo plano a tarefa de redefinir metas em direitos humanos para barrar a mortalidade violenta.

Estudos como os conduzidos atualmente pela Fundação Perseu Abramo – Reconexão Periférias (2019) – demonstram como a alta incidência das mortes por armas de fogo atinge de sobremaneira a juventude negra, tanto a masculina quanto a feminina. Entre 2000 e 2016, mais de meio milhão de jovens de 15 a 29 anos morreram vítimas das armas de fogo no país.

Pesquisadores apontam que também há maior letalidade dos jovens negros e negras em intervenções legais, mortes cometidas por agentes de defesa do Estado, e em chacinas.

O volume tão alto de violências contra a população negra caracteriza a situação do Brasil como uma espécie de guerra de baixa intensidade, definida pela feminista materialista Jules Falquet (2017) como uma prática sistêmica de tortura com a finalidade de criar terror social. Essa técnica foi desenvolvida pelo exército secreto francês para barrar a luta por independência dos e das argelinas no fim da década de 1950.



MORGUEFILE

Falquet (2017) expande este conceito para outros grupos marginalizados na sociedade por sexo, raça e condição nacional. Para ela a violência doméstica e a violência racial são tão fortes que poderiam ser consideradas tão graves quanto a tortura política, um dos elementos que define a guerra de baixa intensidade. Segundo a pesquisadora, elas podem ser interpretadas como práticas estruturais e sistemáticas que tendem a polarizar o mundo social e dividi-lo em campos dialeticamente opostos, excludentes e assimétricos (segundo sexo e raça) para produzir a desmoralização e a desorganização a longo prazo do grupo ao qual a grande quantidade de violência é infringida. Mesmo em tempos de paz, existem grupos racializados e de sexo que vivem condições que se equiparam a de guerras.

Se considerarmos o impacto da mortalidade violenta na população negra e de mulheres brasileiras comparada a de países vizinhos, como a Colômbia que viveu conflito armado

Quando a prática vira lei, se instaura a guerra de baixa intensidade contra a população marginalizada

e declarado e registrou cerca de 220 mil óbitos em 50 anos, estamos sim em situação de guerra de baixa intensidade, pois o excesso de morte causa pânico social nos grupos mais atingidos pela alta mortalidade violenta.

O medo e a confusão causados na percepção de (in)segurança da população negra ao sair às ruas das grandes cidades, e na população feminina dentro de suas próprias casas, gera sequelas e transtornos que impactam na capacidade de mobilização social e nas condições de vida das pessoas. A sensação de morte contamina o ar das cidades brasileiras nos deixando cada vez mais isolados e descrentes do futuro, esse se torna o ambiente perfeito para que as injustiças sociais ocorram sem que se consiga fôlego para elaborarmos respos-

tas sociais para alterar essas realidades.

Definitivamente, o governo, ao apresentar como solução para o problema da violência um projeto de segurança pública e acesso à justiça pautado na ideia do Estado Mínimo, aplicada a segurança e baseada na individualidade da proteção armada, entrega a população negra, favelada e de mulheres a sua própria sorte.

Não é normal e não atende às demandas por igualdade e avanço dos direitos humanos a flexibilização da posse de armas por via de decreto, dado o alarmante número de mortes por meio de armas de fogo e o grande número de feminicídios por armas de fogo noticiados. Pelo contrário, reifica a omissão e a negligência do governo frente ao problema gravíssimo de segurança pública que o Brasil enfrenta. Essa situação passa a ser crime de Estado pelo racismo e sexismo inerentes ao ato da omissão frente à realidade de extermínio vivida pela população

negra e de mulheres que clamam por paz.

O próprio projeto de lei Anticrime apresentado pelo Ministério da Segurança e Justiça (Moro, 2019) consagra práticas de extermínio racistas e sexistas ao definir em lei critérios subjetivos para a definição da morte por legítima defesa dentro do Código Penal. O pequeno movimento de prescrever em lei a redução da penalidade relacionada a justificativas de “medo, surpresa ou violenta emoção” consagra e estimula a matança.

Esse projeto vai na contramão da luta dos movimentos sociais para barrar verdadeiras catástrofes humanitárias que já chegam ao ápice de crueldade. Tais movimentos governamentais contraditórios à realidade devem ser denunciados e combatidos.

Mulheres lutam contra o feminicídio justamente denunciando que as violentas emoções egoicas masculinas não devem ser consideradas como justificativas para tirar a vidas

de mulheres. Movimento negro e de mães lutam para denunciar matança injustificável de jovens negros confundidos com criminosos altamente perigosos apenas por possuir fenótipo negro. Estas lutas não podem ser silenciadas e precisam atingir toda a sociedade.

A lógica habitacional de condomínio aplicada à segurança pública só tende a dar errado e agravar o estado caótico em que se encontra a área da Segurança Pública brasileira. Um país que nem infraestrutura urbana distribui de forma igualitária, fator que poderia barrar a violência, não tem autoridade para estimular a cultura da segurança via armas de fogo por parte dos cidadãos.

O que o governo está fazendo é prescrever em lei o que já ocorre na prática, um caminho fácil, mas que pode causar problemas ainda mais graves para o futuro e o desenvolvimentos do Brasil, pois somos uma sociedade que caminha a passos largos para o envelhecimento populacional e não

deveríamos responder de maneira apática a matança da nossa esperança de vida e de futuro, da nossa juventude.

Concluo com um pensamento de Lélia Gonzalez, que em 1981 refletiu o seguinte:

A militância é importante para despertar a conscientização e permitir a crítica. Na maioria das vezes, tanto a mulher quanto o negro internalizam a própria desigualdade. Os casos de violência para com a mulher e os negros ocorrem em consequência de um racismo e machismo desenfreado e a lei facilita essa violência criando artifícios para inocentar o opressor (GONZALEZ, 2018, p.118). ■

REFERÊNCIAS

FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia:** Perspectivas feministas sobre (la reorganización de) la violencia contra las mujeres. Buenos Aires: Madreselva, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gozanlez em primeira pessoa... Diáspora Africana: 2018.

Trabalho informal e as periferias

LÉA MARQUES E MATHEUS TOLEDO

A Pesquisa da Fundação Perseu Abramo “Informalidade e Periferias no Brasil Contemporâneo” tem como objetivo central responder quem são, como vivem e o que pensam os trabalhadores e trabalhadoras informais das periferias do Brasil. Através de entrevistas em profundidade da trajetória de vida, trabalhadores/as informais ambulantes, da construção civil, confecção, domésticas e moto-boys, das cinco regiões do país, foram ouvidos, e suas respostas debatidas

com hipóteses previamente elaboradas.

A cada mês iremos apresentar reflexões sobre as suposições levantadas para a pesquisa e a real vivência desses trabalhadores e trabalhadoras. A hipótese analisada neste mês é a de que **trabalhadores/as informais têm formas de organização e resistência coletiva que são pouco reconhecidas.**

Uma primeira observação atesta que há diferenças significativas sobre as

formas de organização e resistência coletiva no conjunto de trabalhadores/as pesquisados/as.

Entre os ambulantes, por exemplo, percebe-se um grau elevado de organização, que se dá principalmente pelos seguintes fatores: necessidade de proteção devido aos abusos cometidos por autoridades; pertencimento ao local, no caso de pontos em ruas, box em galerias e feiras (no segundo e terceiro caso predominam as associações ligadas ao local, que garantem segurança e solução para questões estruturais). A fala de uma ambulante ilustra bem como ela começou a se organizar, e em torno de quais pautas:

O MUCA (Movimento Unido do Camelôs), o MUCA foi, eu conheci o MUCA foi como? Foi assim, também trabalhando e a guarda perturbando, enchendo o saco, aí um dia eu

LÉA MARQUES É SOCIOLOGA, CONSULTORA NO EIXO “TRABALHO” DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS E NA PESQUISA “TRAJETÓRIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”.
MATHEUS TOLEDO É CIENTISTA POLÍTICO, ANALISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E OPINIÃO PÚBLICA E NO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS, E NA PESQUISA “TRAJETÓRIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”.



MARCOS SANTOS/USP IMAGENS

peguei e falei, meu Deus do céu, será que não tem ninguém que mexe na causa dos camelô? Será que não existe? [...] Aí um dia eu estou, lá na Praça 15, aí vieram, me entregaram um panfleto, aí eu, falei, gente, tem alguém para camelô sim. Aí foi quando eu peguei e fui, aí estava escrito a reunião que ia ter, aí eu fui para a reunião, aí depois dessa reunião já marcaram outra, aí eu fui participando, participando, aí hoje faço parte do movimento (I. ambulante, mulher, 51 anos, negra, RJ).

Situação oposta é a de trabalhadores/as da Construção Civil, que não fazem menção a qualquer organização política, nem mesmo algum nível de associativismo. As trabalhadoras domésticas apresentam quadro semelhante de ausência de organização, principalmente por conta da dinâmica de trabalho individualizada e em bairros nobres, que provocam dificuldades para encontro com demais empregadas durante sua

jornada, para uma tentativa de organização.

As trabalhadoras da Confeção contam que há a experiência de coletivos de trabalhadoras de confeções, associativismos e ONGs, e apresentam pontos positivos e negativos destas vivências. Já as manicures entrevistadas não se organizam coletivamente, mas isso não significa aceitação das condições de trabalho acriticamente. Quando não estão satisfeitas com as condições de trabalho, abandonam e seguem para outro salão, ou para iniciativa própria. Já os motoboys e mototaxistas relatam que estão acontecendo formas de associação que correm em paralelo aos sindicatos e são promovidas vias redes sociais. São formas de organização distantes e até opostas aos sindicatos.

Nota-se que para os trabalhadores e trabalhadoras informais entrevistados há grande dificuldade de se organizar e manifestar quando se é autônomo. O próprio local de

trabalho e a dinâmica de circulação entre diferentes locais, empresas e ambientes também dificulta a formação de vínculos de solidariedade entre os trabalhadores ou trabalhadoras. Há relatos de que ou entrevistado trabalha e tem renda ou participa das atividades e volta sem renda ao final do dia.

Em síntese, podemos afirmar que na informalidade também operam as referências que balizam a percepção sobre justiça, dignidade, limites do trabalho. Vemos nas entrevistas que são trabalhadores e trabalhadoras que lutam tanto de forma fragmentada quanto individualizada, permanentemente, para colocar limites aos riscos de seu trabalho, às instabilidades, e centralmente, ao rebaixamento do valor de sua força de trabalho. Em determinados momentos – seja na formalidade ou informalidade – o/a trabalhador/a rompe com as relações de trabalho por não aguentar a carga de trabalho ou por viver situações que considera injustas. ■

Etnocídio dos povos indígenas no Brasil

LUIZ ELOY TERENA

Temos acompanhado ao longo do tempo uma intensa mobilização política por parte dos povos indígenas por meio de suas instituições representativas. São manifestações, em sua maioria, direcionadas ao Estado, sempre na perspectiva de exigir o direito à vida dos povos originários deste

país. Não à toa, o Estado tem ocupado o papel de principal violador dos direitos humanos dos povos indígenas, pois desde o início do processo colonizador implementou políticas que afetaram drasticamente os territórios e conseqüentemente a vida desses povos. O termo ‘etnocídio’, de-

rivado da terminologia ‘genocídio’, é utilizado para se referir à violência marcada notadamente pela conduta impositiva de uma cultura sobre a outra, valendo-se de uma suposta soberania racial.

Nesse sentido o termo se aplica ao modo como o Estado brasileiro

LUIZ ELOY TERENA É TERENA DA ALDEIA IPEGUE, ADVOGADO E DOUTOR EM ANTROPOLOGIA SOCIAL PELO MUSEU NACIONAL. ASSESSOR JURÍDICO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB).



EDUARDO MARCOS FAHL

se relacionou com os povos indígenas desde o início da implantação do projeto colonial. As táticas coloniais adotadas subjugaram os povos à dominação, à escravidão e ao extermínio. Se por um lado, a violência promoveu o desterro e enterro de muitos povos, os representantes do Estado valeram-se da máquina pública para produzir expedientes legais no único intuito de justificar o projeto de dominação. Isso fica evidente ao analisar a política indigenista adotada desde o Brasil Colônia, passado pelo Império e no período republicano da história do país, culminando na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A postura oficial, marcada pela perspectiva da integração, pela via da assimilação, implementou de várias formas, ações que visaram o apagamento das culturas, das línguas, das religiosidades próprias e modo próprio de ver e entender o mundo.

Se por um lado, a ordem era integrar os “índios” à chamada comunhão nacional, numa clara

As Terras Indígenas (TI) são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

tentativa de “branquear” todos, e assim perderem seu pertencimento étnico; no nível mais local, os agentes estatais promoveram o desterro, efetuando remoções forçadas das terras tradicionais e/ou produzindo documentos legais, no nítido objetivo de oferecer segurança jurídica aos coronéis e fazendeiros locais que se apoderavam de extensos pedaços de terras públicas nas mais diversas regiões do Brasil profundo.

Mas as ações não ficaram só no papel, estima-se que somente no início da colonização foram mortos mais de 5 milhões de indígenas. No passado mais recente, durante a

ditadura militar, mais de 8 mil foram mortos. A Comissão Nacional da Verdade apontou, após a extinção do SPI, já na gestão da Funai, a existência do Reformatório Krenak, sob o comando do capitão Manoel Pinheiro, militar ligado à Polícia Militar de Minas Gerais. Era na verdade uma cadeia oficial que estava dando lugar à cadeia ilegal que já existia em Icatu (SP) e que funcionou por pelo menos 30 anos. José Gabriel Silveira Correa compilou uma lista com 121 índios presos entre 1969 e 1979, sendo: 22 Karajá, 17 Terena, 13 Maxacali, 11 Pataxó, 9 Krenak, 8 Kadiweu, 8 Xerente, 6 Kaiowá, 4 Bororo, 3 Krahô, 3 Guarani, 2 Pankararu, 2 Guajajara, 2 Canela, 2 Fulniô e 1 Kaingang, Urubu, Campa, Xavante, Xakriabá, Tupinikim, Sateré-Mawé, Javaé.

Infelizmente esses dados não ficaram no passado sombrio. Em recente relatório, o Conselho Indigenista Missionário apontou 1.119 assassinatos de lideranças

indígenas, entre os anos de 2003 a 2017, deste total, 41,19% são casos de Mato Grosso do Sul, estado marcado pelo intenso conflito entre indígenas e fazendeiros. Somente no ano de 2017, foram 68 vítimas de assassinato, sendo sete mulheres indígenas e duas crianças.

O Estado, por meio de sua estrutura e agentes, vem protagonizando de forma comissiva a violação aos direitos dos povos indígenas. Em 2019, o governo empossado do presidente Jair Bolsonaro baixou, como primeiro ato, a Medida Provisória 870, impactando diretamente os territórios indígenas, colocando sob as asas do agronegócio a atribuição para demarcar terra indígena; ao tempo que os ataques e invasões às terras indígenas se intensificaram, especialmente na região amazônica. As Terras Indígenas (TI) são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos

rios e dos lagos nelas existentes. É dever do Estado protegê-las. Entretanto, mesmo após demarcados, muitos territórios não ficam livres de ameaças. A TI Karipuna, em Rondônia, homologada em 1998, está com mais de 10 mil hectares de floresta destruídos, em consequência da exploração ilegal de madeira e de grilagem. A TI Indígena Arara, também no Pará, acaba de ser invadida por madeireiros. Nas outras regiões do país, onde os povos aguardam pela demarcação do seu território sagrado, a situação é ainda mais grave. Na Bahia, por exemplo, 490 famílias indígenas da etnia Tuxá foram surpreendidas com uma decisão da Justiça determinando a imediata

desocupação do território Surubabel ou Dzorobabé, ocupado tradicionalmente pela comunidade. Em Pernambuco o povo Pankararu vive sob intensas ameaças. No centro-oeste e sul do país, os povos Guarani-Kaiowá, Terena e Kaingang são diariamente perseguidos vítimas do racismo e criminalizados.

Além do etnocídio, o movimento indígena vem denunciando o ecocídio, elevando os rios, lagos, fauna, flora e os encantados que habitam seus territórios a condição de sujeito de direitos. Busca-se proteção efetiva a todos os elementos materiais e imateriais que compõe o *bem viver* dos povos indígenas tendo como base física o território tradicionalmente ocupado. ■



EDUARDO MARCOS FAHL

Comunidade e povos tradicionais

JAQUELINE LIMA E VICTORIA LUSTOSA BRAGA

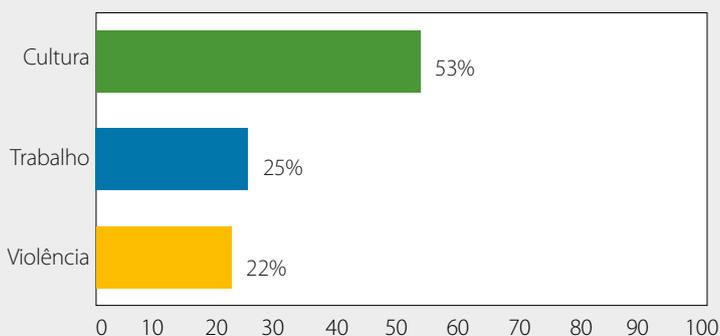
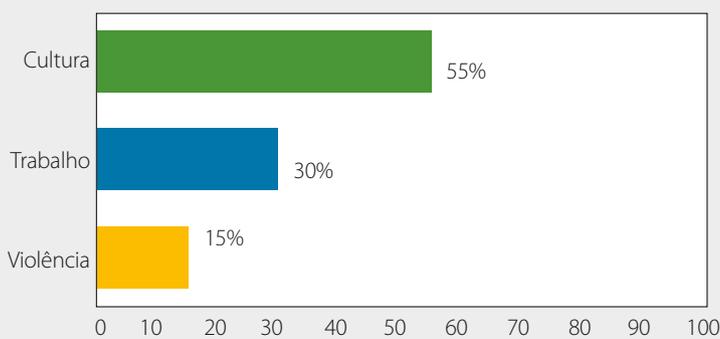
JAQUELINE LIMA É SOCIOLOGA E CONSULTORA NO EIXO "CULTURA" NO PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS E NO "MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS E COLETIVOS DAS PERIFERIAS".
VICTORIA LUSTOSA BRAGA É ESTAGIÁRIA NO MESMO PROJETO E NO MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS E COLETIVOS DAS PERIFERIAS.

Dentre os quinhentos e trinta (530) movimentos das periferias mapeados até abril, cento e sete (107) são caracterizados como "comunidades e povos tradicionais". Este segmento está representado por quilombolas, indígenas, ciganos, circenses, pescadores, povos de terreiro, jongueiros, congadeiros, capoeiristas, catadoras de mangaba e camponeses. Mais do que resistir e manter vivas tradições culturais locais, estão organizados

politicamente em defesa de seus territórios, estilos de vida, crenças, identidades e trabalho. Não há indicadores precisos sobre o percentual que representam na sociedade brasileira, mas sabemos que são os maiores responsáveis pela preservação da natureza em um momento de ameaça ambiental, o que atenta sobre suas próprias vidas.

Como área de atuação, há maior concentração destas

organizações nos campos da cultura e do trabalho. À esquerda observamos que dentre o total de organizações mapeadas (530), 53% são da área de cultura, 25% de violência e 22% de trabalho. Já à direita, onde apresentamos os dados das comunidades e povos tradicionais, há um crescimento expressivo na área de trabalho e a violência cai para terceira posição. As informações que as organizações deste campo nos trazem é que além de atuar pela continuidade de expressões culturais históricas de seus territórios, como línguas, cultivo da terra, danças, práticas artísticas, religiões etc, elas sobrevivem dos recursos que o meio ambiente historicamente lhes traz. No entanto, a existência dessas comunidades é ameaçada cotidianamente por grupos econômicos e políticos que disputam interesses em torno dos territórios ocupados e das práticas dos povos tradicionais. (ver gráficos)



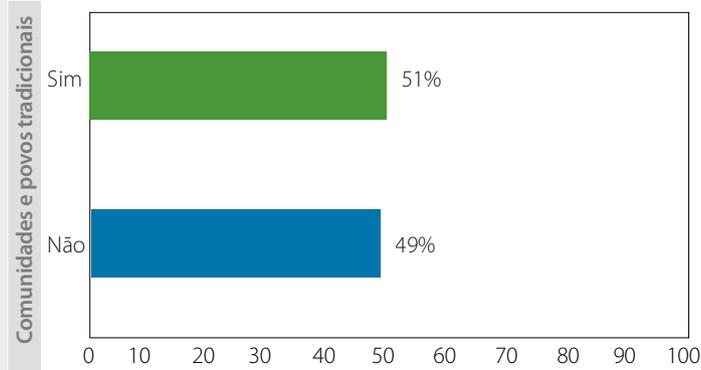
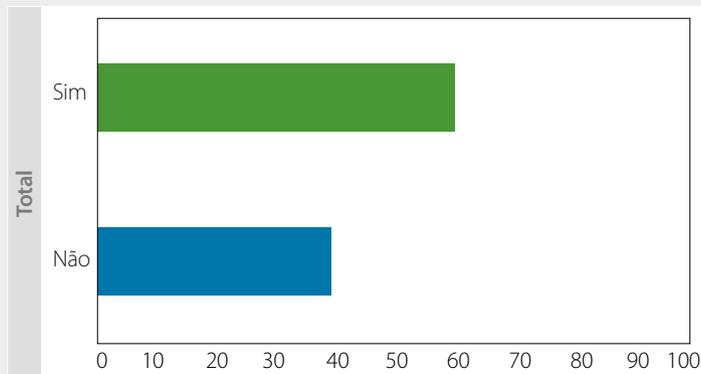
A relação entre “expressões culturais” e “trabalho” com a “terra” habitada pelas comunidades é fundamental para a existência destes grupos. O reconhecimento do que são, os hábitos e os meios de sobrevivência estão diretamente relacionados com a forma como ocupam, circulam e se relacionam com o território e o que ele oferece. Desta forma, a ofensiva de movimentos ruralistas e a disputa pela terra ocupada historicamente por esses grupos é o principal obstáculo para a garantia de seus direitos fundamentais. Quando olhamos para o nível de articulação dos coletivos e movimentos que pertencem a comunidades e povos tradicionais, percebemos que há um maior nível de participação em esferas institucionais e redes.

Os gráficos apresentados a seguir demonstram que os movimentos e coletivos de comunidades e povos tradicionais têm maior participação em conselhos estaduais, partidos políticos, redes e fóruns. Nos últimos vinte anos esses espaços de institucionalidade democrática e de representação têm sido fundamentais para

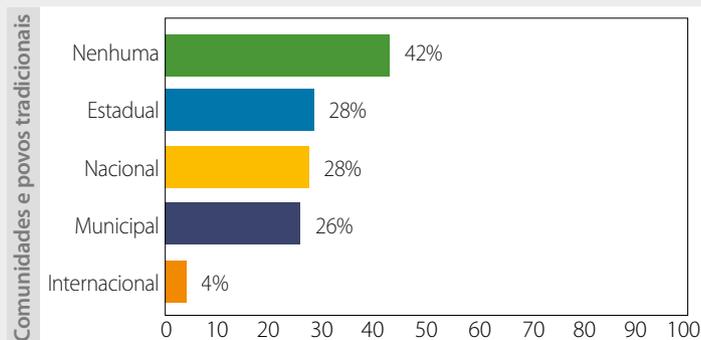
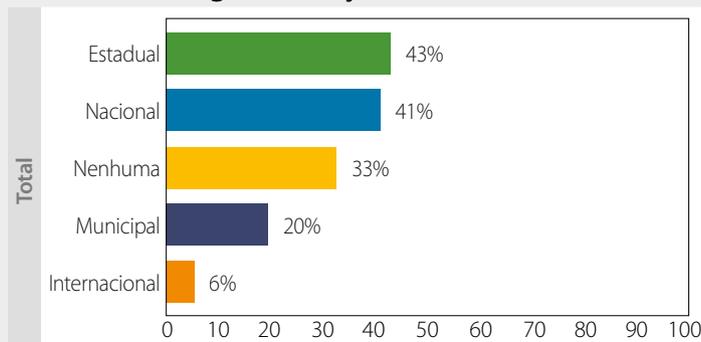
definir as deliberações em torno de pautas polêmicas

como as que envolvem o direito à terra.

Participa de conselhos de participação e controle social?



Possui alguma filiação à rede ou fórum?



MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS E COLETIVOS DAS PERIFERIAS

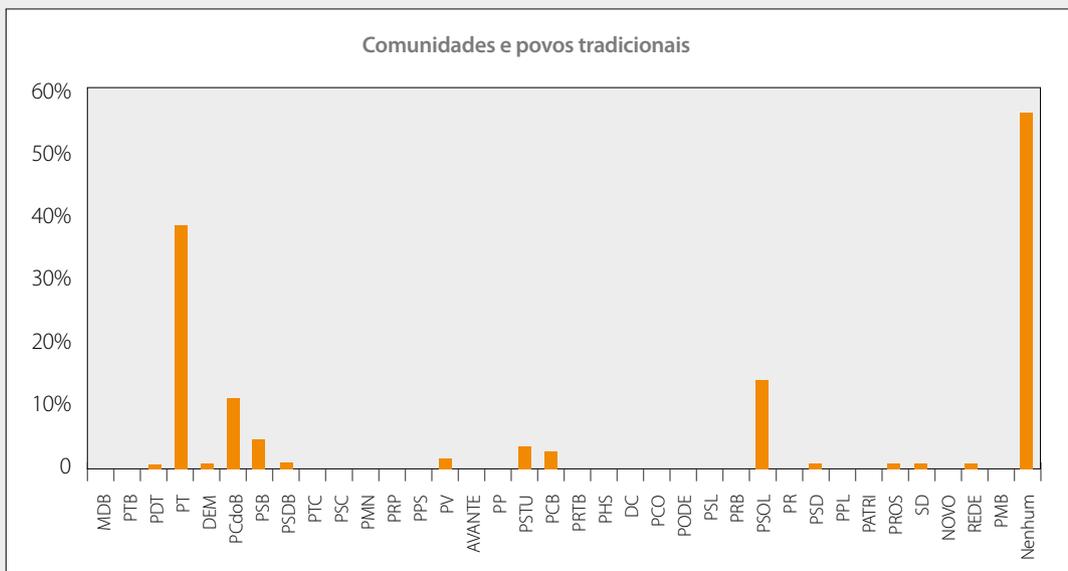
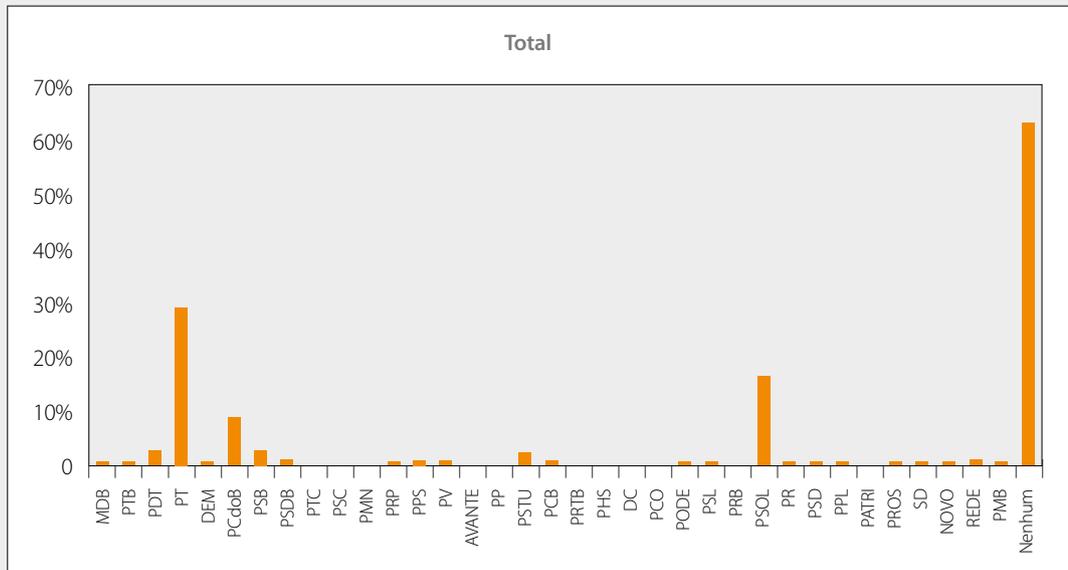
Este é o campo em que movimentos de comunidades e povos tradicionais se diferenciam dos dados globais do mapeamento. Quando organizados, estão na disputa em espaços de articulação e incidência que vêm a ser definidores

das formas de atuação pela defesa dos direitos e das políticas públicas de Estado.

Outros dados relevantes são: 1) os três principais temas de atuação apontados por este campo

são políticas para povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento territorial e combate ao racismo e 2) a principal forma de cerceamento enfrentada é o racismo, seguida de machismo e intolerância religiosa. ■

Algun membro da organização mantém relação regular com algum partido político? Qual? (em %)



Oportunidades

Edital	Prazo/ inscrições	Informações sobre inscrições
Fundo PositivO	02/05/2019	www.fundopositivo.org.br
Festival Internacional de Diversidade Sexual e de Gênero de Goiás (DIGO)	20/04/2019	www.digofestival.com.br
Primeiro Desafio de Acesso à Justiça - Instituto Mattos Filho	26/04/2019	https://www.desafiodeacessoajustica.com/
Legado Integrado da Região Amazônica - IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas	03/06/2019	https://lira.ipe.org.br/edital2.html
Curso de educação a distância “Uma Introdução às Migrações Internacionais” – Organização Internacional para as Migrações (OIM)	18/04/2019	https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Vacancy/document/edital_3a_edicao_curso_EaD-DPU.pdf
Seleção de projetos culturais beneficiados pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, FMIC – contagem (MG)	29/04/2019	http://www.contagem.mg.gov.br/?og=501356&op=fundac_edital
Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global - COOPBRASS, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	31/05/2019	http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pve/programa-de-cooperacao-brasil-sul-sul-coopbrass
Edital Alimentação Sustentável - Fundação Cargill – 5ª Edição	07/05/2019	https://alimentacaoemfoco.org.br/edital-fundacao-cargill-5a-edicao/
Edital de Incentivo à Cultura – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE) da Prefeitura de Muriaé	15/05/2019	http://muriae.mg.gov.br/pmmuriae/wp-content/files/Edital_de_Incentivo_a_Cultura_-_001_2019.pdf
Mostra Itinerante de Cinemas Negros – Mohamed Bamba	18/05/2019	https://docs.google.com/forms/d/1rZu-ltiE6dkY_k_uoa-0tEvTxxk_PlSk6v1SZfUFmm8I/viewform?fbclid=IwAR0PZbq9OeXkqRm2FRXYP7nR8MkkgJV0Fu8Lc-7V9gS9dCoGwVQSlit7xLc&edit_requested=true
Seleção de oficinas e apresentações culturais e educativas para comporem a programação do Espaço Coletivo Centro Cultural Velha Serpa	08/05/2019	https://www.fundacaoandreeluciamaggi.org.br/areas-atuacao/editais-chamamento-publico-2019/
14ª edição do Prêmio Para Mulheres na Ciência – UNESCO/ L'Oréal	30/04/2019	https://www.paramulheresnaciencia.com.br/inscricoes/
Programa de Aceleração Transforma Souza Cruz	28/04/2019	https://inscricoes.transformasouzacruz.liga.ventures/
PPP-ECOS na Amazônia – Instituto Sociedade, População e Natureza	06/05/2019	http://www.ispn.org.br/ispn-lanca-o-25o-edital-ppp-ecosfundo-amazonia/
Programa Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras – Fundo Baobá	contínuo	http://baoba.org.br/programa-marielle-franco-de-aceleracao-do-desenvolvimento-de-liderancas-femininas-negras/
Projetos na América Latina – Open Society Foundations	Contínuo	https://www.opensocietyfoundations.org/grants/latin-america-program
Fundação Municipal de Cultural, Turismo e Eventos (Manauscult) – Prefeitura de Manaus	31/09/2019	http://manauscult.manaus.am.gov.br/edital-de-selecao-de-projetos-da-lei-municipal-de-incentivo-a-cultura-2019/
Fundo de Ação Urgente (Urgente Accion Fund) – Por los Derechos de las Mujeres	Contínuo	https://fondoaccionurgente.org.co/

■ **Norte**

Acre

Roda de Conversa: Diversidade Religiosa no Brasil e no Acre

Data: 24/04

Horário: 8h

Local: Auditório do Bloco Edilberto – UFAC

Amapá

Batalha do Zerão

Data: 07 e 14/05

Horário: 18h

Local: Primeira Arena do Zerão – Macapá

Batalha da UNIFAP

Data: 01, 08 e 15/05

Horário: 18h

Local: Rádio da Universidade Federal do Amapá – Macapá

Batalha de Rua Macapá

Data: 02 e 09/05

Horário: 19h

Local: Pracinha do Congós – Macapá

Batalha do Teatro

Data: 03 e 10/05/2019

Horário: 17h

Local: Praça Floriano Peixoto, Central – Macapá

Batalha do Congós

Data: 03 e 10/05

Horário: 16h

Local: Praça do bairro Congós – Macapá

Amazonas

Oficinas e rodas de conversa do Projeto Banana da Terra

Data: 20 e 27/04

Horário: 8h às 17h

Local: dia 20 na Comunidade Parque das Tribos e dia 27 na comunidade Kokama - Manaus

Remada Ambiental

Data: 27/04

Horário: 8h

Local: Marina do David, Bairro de Ponta Negra – Manaus

Pará

Projeto Ayê e Quintais Eco-Poéticos

Data: 11/05

Horário: 8h30

Local: Casa Preta – Rua dos Bacuris, 125, São João do Outeiro Ilha de Caratateua, Distrito de Outeiro – Belém

Espectáculo “Erê” – Bando de Teatro Olodum

Dias: 29, 30/04 e 01/05

Horário: 20h

Local: Theatro da Paz – Avenida Presidente Vargas s/n, Praça da República – Belém
Ingressos: R\$ 20, com meia entrada para estudantes

ISaravá

Data: 26/04

Horário: 18h

Local: Instituto Nangetu

Rondônia

Exposição Fotográfica “O amor é filho do tempo”

Data: até 19/04

Horário: todo o horário de funcionamento da Casa

Local: Casa Ruante – Avenida José Bonifácio, 1295 Sala A, Olaria – Porto Velho

Circuito de Oralidades – Chacal

Data: 25/04

Horário: 20h

Local: Sesc Esplanada, Teatro 1 – Av. Pres. Dutra, 4175, Olaria – Porto Velho

Roraima

Oficina de Poesia: fogo, água e memória

Data: 22 a 26/04

Horário: 18h30 às 22h30

Local: Sesc Mecejana – R. João Barbosa, 143 – Mecejana – Boa Vista

Tocantins

III Seminário dos Acadêmicos Indígenas UFT

Data: 16 e 17/04

Horário: a partir das 8h

Local: Campus Porto Nacional – Rua três, S/N, Jardim dos Ipês – Porto Nacional

Exposição “RE”Conhecendo a Amazônia Negra: Povos, Costumes e Influências Negras na Flores

Data: 05/04 a 03/05

Horário: a partir de 8h

Local: Sesc Palmas

■ Nordeste

Alagoas

Mostra CineSesc “Territórios Hóteis” em Maceió

Data: 16, 17 e 24/04

Horário: às 17h no dia 16 e às 12h30 nos dias 17 e 24

Local: Teatro Jofre Soares, SESC Centro – Maceió

Mestre Gama – Músicas, Histórias e Pifes

Data: 03/05

Horário: 19h30

Local: Centro Cultural Arte Pajuçara –

Avenida Doutor Antônio Gouveia, 113, Pajuçara – Maceió

Bahia

Copa da Periferia – De Futsal

Data: 21/04

Horário: 8h

Local: Ginásio de Esporte de Coité – Conceição de Coité

Apresentação Banda Swing do Pelô

Data: 30/04

Horário: 21h às 22h30.

Local: Pelourinho – Salvador

Ceará

Fuá de Salão (projeto de dança)

Data: 28/04

Horário: 16h

Local: Arena Dragão do Mar – Rua Dragão do Mar 81, Praia de Iracema – Fortaleza

Maranhão

II Encontro Maranhense de Arte, Educação, Cultura e Identidade

Data: 25, 26 e 27/04

Horário: 12h

Local: Livraria e Espaço Cultural da Associação Maranhense de Escritores Independentes, Avenida Professor Carlos Cunha, 1000, Jaracaty – Maranhão

Paraíba

Festival Grito João Pessoa

Data: 26 e 27/04

Horário: 14h

Local: Praça Anteor Navarro, Varadouro – João Pessoa

Pernambuco

Sambada de Coco do Guadalupe (21 anos)

Data: 04/05

Horário: 20:00

Local: Beco de Macaíba, Guadalupe – Olinda

Piauí

Semana Literária e Gastronômica

Fontes Ibiapina

Data: 19 a 27/04

Horário: 18h

Local: Barra Grande – Ibiapina

Rio Grande do Norte

Cineoka!

Data: 21/04/2019

Horário: 14h

Local: Reserva Ambiental Gamboa
Jaguaribe – Natal

Lançamento de curtas – Caboré

Audiovisual

Data: 26/04

Horário: 19h30 às 22h30

Local: Rua Amaro Mesquita, nº 46 – Natal

Sergipe

Lançamento da “Cartilha de saberes e práticas agroecológicas”

Data: 25/04

Horário: 10h

Local: Universidade Federal do Sergipe
(Campus São Cristóvão) José Aloísio de
Campos – Av. Mal. Cândido Rondon –
São Cristóvão

■ **Centro-Oeste**

Distrito Federal

VII Encontro de Mulheres Educadoras

Data: 27/04

Horário: 8h30 às 18h30

Local: Chácara do Professor – Núcleo
Rural Alexandre Gusmão – Brasília

Goiás

**Audiência Pública: Reforma da
Previdência e seus impactos na vida
dos Trabalhadores**

Data: 15/04

Horário: 19h30

Local: Câmara Municipal – Avenida
Tiradentes s/n, Itanhagá – Caldas Novas

**Cine Vila: As Hiper Mulheres (Itão
Kuegü) (Videocamp)**

Data: 16/04

Horário: 19h

Local: Rua Padre Felipe Leddet nº 32 –
Cidade de Goiás

Cine Vila: “Yorimatã” (Videocamp)

Data: 30/04

Horário: 19h

Local: Rua Padre Felipe Leddet nº 32 –
Cidade de Goiás

Mato Grosso

Espectáculo “senti”/ dança

Data: 26/04

Horário: 20h

Local: Rua Marechal Floriano Peixoto, 512
– Quilombo – Cuiabá

Mato Grosso do Sul

Quarta no Sesc – Juci Ibanez (Samba)

Data: 17/04

Horário: 20h

Local: Avenida Noroeste, 5140 - Campo
Grande

■ **Sudeste**

Espírito Santo

**Papo Reto com a Juventude Negra do
ES**

Data: 26, 27 e 28/04

Horário: A partir das 18h do dia 26.

Local: CDDH da Serra - R. Adão Bandeira,
418 – Rosário de Fátima – Serra
Inscrições: entre 01 e 19/04

Minas Gerais

Feira de Economia Solidária

Data: 13/04

Local: Praça dos Andradas – Barbacena

Bem Bom no Salgado Filho – Dia das Mães

Data: 10 e 11/05

Horário: 9h às 16h

Local: Centro Cultural do Bairro Salgado Filho, Rua Nova Ponte, 22 – Belo Horizonte

World Creativity Day Brasil

Data: 22/04

Horário: 12h às 16h

Local: Circuito da Gruta da Lapinha

Estranha Fruta

Data: 24/04

Horário: 20h

Local: Teatro Espanca - Rua Aarão Réis, 542, Belo Horizonte
Valor do ingresso: R\$ 10,00 (dez reais), na portaria

São Paulo

“O que eu não aprendi na escola” – aula pública

Data: 11/05

Horário: 17h

Local: Skate Park Poá, Zona Leste – Poá

Rio de Janeiro

Roda de conversa sobre a zona norte do Rio de Janeiro como polo de resíduos.

Data: 08/05

Horário: 14h

Local: Espaço Casa Verde - Dia das Mães Voluntário Pavilhão 51 – Ceasa – Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Encontro Estadual da Juventude Quilombola (exclusivo para quilombolas)

Data: 26 a 28/04

Local: a confirmar (contato ACQUILERJ - Associação de Comunidades

Remanescente de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro)

■ Sul

Paraná

Mulheres e poder: reflexões de conjuntura e novos paradigmas

Data: 25/04

Horário: 15h

Local: Núcleo de Estudos em Economia Social e Demografia Econômica - UFPR

Rio Grande do Sul

9ª Edição do Espetáculo Dança dos Orixás

Data: 12/05

Horário: 18h

Localização: Charqueada São João - Estrada da Costa, 750 – Pelotas

Roda de Conversa: Tema: “Direito a Cidade” Eixos: Juventudes e Resistência/Mulheres/Movimentos Sociais/Escambo Cultural

Data: 26/04

Horário: 14h

Local: FACED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Av. Paulo Gama, 110 Farroupilha – Porto Alegre

Santa Catarina

Workshop de Dança de Matriz Africana – Dança de Benin e Afro-Bra

Data: 27/04

Horário: 9h30 às 12h30

Local: Casa Z Cultura e Dança Cigana Itajaí SC – Rua Heitor Liberato, 1101 – Itajaí